



PARECER ÚNICO Nº 0353915/2017 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 00309/1989/010/2012	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Revalidação de Licença de Operação		VALIDADE DA LICENÇA:

EMPREENDEDOR: R.E.D. Graniti Mineração LTDA	CNPJ: 06.037.082/0005-59
EMPREENDIMENTO: R.E.D. Graniti Mineração LTDA	CNPJ: 06.037.082/0005-59
MUNICÍPIO: Caldas	ZONA: Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (SAD 69): LAT/Y 7.566.998 LONG/X 357.219	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input checked="" type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input type="checkbox"/> NÃO	
NOME: Reserva Biológica Serra Pedra Branca	
BACIA FEDERAL: Rio Grande	BACIA ESTADUAL: Rio Pardo
UPGRH: Rio Pardo	SUB-BACIA: Rio Pardo
CÓDIGO: A-02-06-2	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Lavra a céu aberto com ou sem tratamento – rochas ornamentais e de revestimento (sienito).
	CLASSE: 3
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Rogério Lucas Santos Fonseca - Geógrafo	REGISTRO: CREA MG 89172/D
RELATÓRIO DE VISTORIA: 175/2012 e 104/2017	DATA: 16/08/12 e 15/02/17

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Fernando Baliani da Silva – Gestor Ambiental	1.374.348-9	<i>Original assinado</i>
Thiago Lacerda Moraes – Analista Ambiental	1.225.590-7	<i>Original assinado</i>
De acordo: César Augusto Fonseca - Diretor Regional de Regularização	1.147.680-1	<i>Original assinado</i>
De acordo: Anderson Ramiro de Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1.051.539-3	<i>Original assinado</i>



1. Introdução

Em 10/05/2012 foi formalizado na SUPRAM CM sob protocolo o nº 343327/2012 o processo de Revalidação da Licença de Operação para a atividade de Lavra a céu aberto com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de revestimento (sienito), no local denominado Serra do Grotão, na zona rural do município de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O empreendimento possui LO nº 0016/2006 com validade até 06/11/2012. A Licença possui prorrogação automática, nos termos da Lei Complementar 140/11, já que formalizou seu processo de revalidação com mais de 120 dias da data de vencimento.

Em 16/08/2012 foi realizada vistoria no empreendimento para subsidiar análise do processo de licenciamento em questão, e no dia 27/05/2013 foram solicitadas Informações Complementares mediante OF. SUPRAM SM nº 0939134/2013 com prazo de 120 dias a contar do recebimento do mesmo.

Em 02/09/2013 foi solicitado pelo empreendedor, mediante OF. RED/DMMA/ nº 059/2013 a dilação de prazo para apresentação das Informações Complementares solicitadas. Na data de 19/09/2013 a SUPRAM SM se pronunciou favorável a concessão de 90 dias acrescidos do recebimento do OF. SUPRAM SM nº 1805978/2013.

Nesta mesma data de 02/09/2013 o empreendedor solicitou alteração titularidade passando sua razão social para R.E.D. Graniti Mineração Ltda. Segundo análise jurídica todos os documentos necessários à alteração, conforme nota DITEM 02/2011, foram apresentados.

Na data de 16/12/2013 as Informações Complementares solicitadas foram apresentadas de forma tempestiva junto a SUPRAM SM sob protocolo nº R0468481/2013.

Em 24/09/2015, a SUPRAM SM solicitou Informações Adicionais mediante OF. SUPRAM SM nº 0934335/2015 com prazo de 120 dias a conta do recebimento do mesmo.

O empreendedor protocolou na data de 27/01/2016 junto a SUPRAM SM mediante OF./RED/DMMA nº 002/2016 a solicitação de dilação de prazo para apresentar as Informações Adicionais.

A SUPRAM SM se manifestou favorável a concessão de 60 dias adicionais, a conta do recebimento do OF. SUPRAM SM nº 0311226/2016 elaborado em 23/03/2016.



Na data de 06/09/2016, o empreendedor apresentou as Informações Adicionais junto a SUPRAM SM, de **forma intempestiva**, visto que o OF. SUPRAM SM nº0311226/2016 foi recebido pelo empreendedor na data de 07/06/2016, conforme Aviso de Recebimento assinado e constante no Processo Administrativo, de forma que a data limite, somando-se os 60 dias concedidos, vencera em 06/06/2016.

Na data de 28/12/2016 foi protocolado na SUPRAM SM pela CONGEAPA (Conselho Gestor da APA Santuário Ecológico da Pedra Branca, OF. 014/2016 informando que a Anuência concedida ao empreendimento R.E.D. Graniti Mineração LTDA havia sido **Revogada**, motivado pela supressão de vegetação nativa e avanço de frente de lavra no sentido pedra da Canastra.

Na data de 15/02/2017 foi realizada nova vistoria técnica para subsidiar a análise do processo administrativo para Revalidação de Licença de Operação.

De acordo com Anotação de Responsabilidade Técnica nº 558036, constante no Processo Administrativo, o responsável técnico pela elaboração do RADA é o Geógrafo Rogério Lucas Santos Fonseca, CREA MG 8917-2.

2. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento situa-se na região Sul de Minas Gerais, município de Caldas, na Serra do Grotão, na microregião de Poços de Caldas. O ponto central da área de atuação da lavra de sienito tem as seguintes coordenadas: 21°59'44" de latitude sul e 46°22'60" de longitude oeste, conforme apresentado no relatório técnico.

O processo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) 830.202/1980 é delimitado por um polígono irregular, que abrange uma área total de **280,97 hectares**. Vale destacar que a área licenciada não abrange a área total do DNPM supracitado, mas uma fração de **2,0 hectares**.

As coordenadas geográficas dos vértices que formam a poligonal, descritas com as configurações de datum SAD 1969 e Fuso 23 K, estão citadas na **Tabela 01** abaixo. Importante destacar que as coordenadas foram informadas pelo empreendedor.



A **Figura 01** abaixo ilustra a área de DNPM do empreendimento, bem como seu entorno, sendo que a referida figura foi obtida mediante plataforma SIGMINE disponível no sítio eletrônico do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Tabela 01: Vértices da poligonal do DNPM nº. 830.202/1980.

Vértice	Latitude	Longitude
1	21°58'37"	46°22'34"
2	21°59'36"	46°22'34"
3	21°59'36"	46°22'51"
4	21°59'46"	46°22'51"
5	21°59'46"	46°23'34"
6	21°59'21"	46°23'34"
7	21°59'21"	46°23'27"
8	21°59'10"	46°23'27"
9	21°59'10"	46°23'07"
10	21°58'30"	46°23'07"
11	21°58'30"	46°22'51"
12	21°58'37"	46°22'51"
13	Idem Vértice 1	Idem Vértice 1

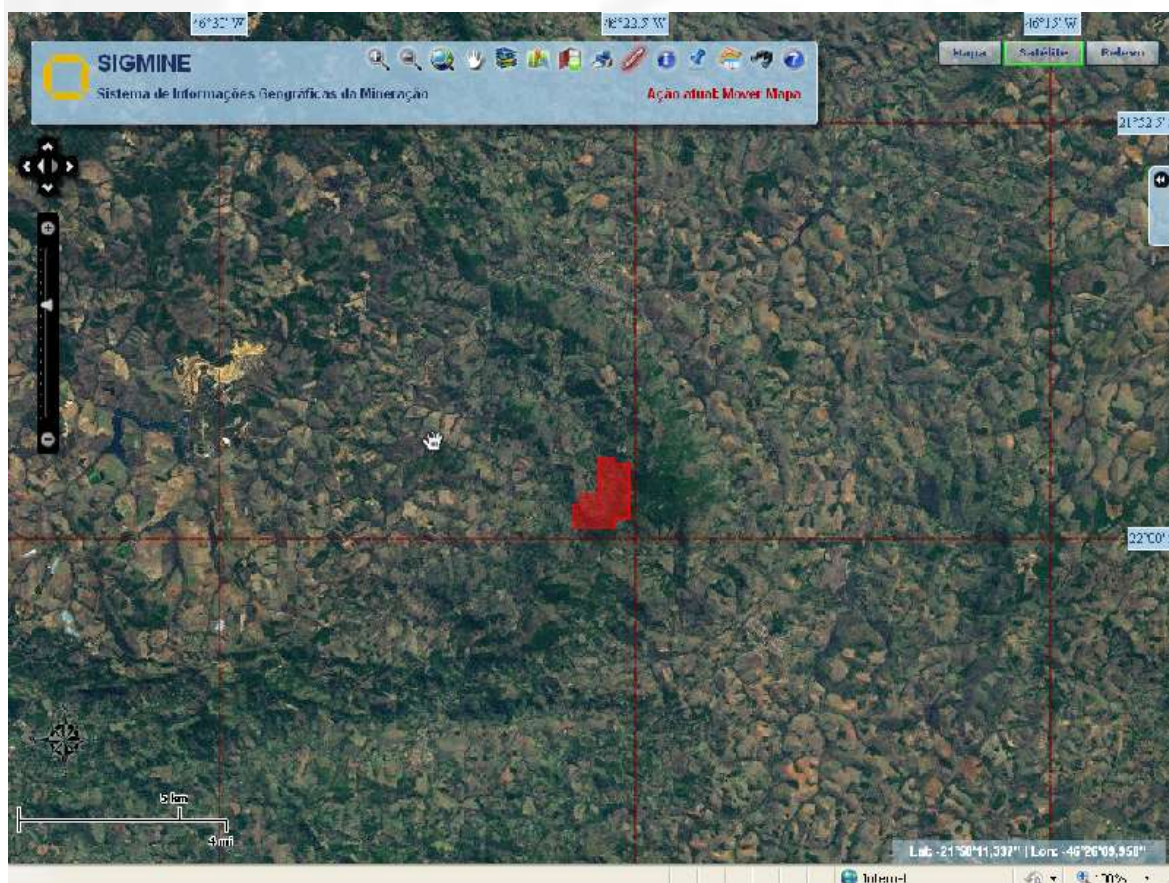


Figura 01 – Localização do DNPM. Fonte: SIGMINE.



2.1 Sobre o indeferimento de LP + LI de Ampliação

Na data de 06/10/2011 foi formalizado na SUPRAM SM o Processo Administrativo PA 00309/1989/009/2011 requerendo LP + LI para Ampliação equivalente a quantidade de extração de rochas de 2.300 m³/ano.

Após vistoria técnica realizada em 03/02/2012, foi registrado no Relatório de Vistoria Técnica nº 013/2012 que a área requerida para supressão vegetal era de 1,76 hectares, sendo 0,8438 hectares em fisionomia campo de altitude e 0,9175 hectares em fisionomia de florestas, sendo que o avanço se daria em sentido de noroeste para sudeste.

Também consta no mesmo relatório, que o empreendimento se encontrava paralisado devido a impossibilidade do avanço de lavra em áreas não licenciada.

Na data de 11/09/2012 foi gerado o Parecer Único nº 0895401/2012 sugerindo o indeferimento, sendo deliberada na URC Sul de Minas na 96ª Reunião Ordinárias realizada em 03/12/2012, decidindo pelo indeferimento, conforme sugeriu o Parecer Único.

De acordo com o parecer supracitado, a motivação do indeferimento se deu pelo fato da área ter sido considerada pelos próprios estudos e levantamento realizadas, como de alta prioridade de preservação, relatando inclusive a presença de 06 espécies, à época, listadas como ameaçadas de extinção pelo IBAMA. Também contribuiu o fato de o empreendimento estar operando e requisitando a ampliação, à época, de uma área com florestas de campos de altitude, com vegetação contendo espécies raras e/ou endêmicas.

O indeferimento da ampliação foi objeto de recurso pelo empreendedor, o qual foi julgado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM na 69ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal - CNR, realizada no dia 11 de setembro de 2013, sendo igualmente indeferido.

2.2 Desenvolvimento da atividade de lavra durante vigência da LO

A lavra envolve inúmeras atividades além da escavação, sendo algumas realizadas em apoio às operações da lavra propriamente dita e outras correspondentes ao desenvolvimento da lavra.



O regime de operação na lavra é de 8 horas/dia, 5 dias/semana e apenas 1 turno. A equipe de trabalho é composta por 22 pessoas, excluídos os profissionais geólogo e topógrafo que dão assistência, pois integram a equipe técnica do grupo na qual o empreendimento está incluído.

O acesso à área de lavra encontra-se construído, formado por estradas vicinais não pavimentadas, que dão acesso às fazendas e ao empreendimento.

A energia elétrica consumida no empreendimento é fornecida por gerador.

O entorno imediatamente adjacente à ADA é formado por fragmentos florestais. Existem três unidades de conservação localizadas na região próxima ao empreendimento a menos de 10 km de distância, todos decretos municipais da cidade de Caldas, sendo elas:

- Reserva Biológica Municipal Serra Pedra do Coração (7,97 km).
- Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual Pedra Branca (4,36 km).
- Reserva Biológica Serra da Pedra Branca (3,5 Km).

O empreendedor apresentou declaração de anuência nº 003/2013 do CODEMA de Caldas para a realização das atividades de extração de granito na serra de Caldas. Importante destacar que conforme mencionado no início deste Parecer Único, a mesma foi revogada.

O local onde se encontra implantada a pilha de rejeito/estéril está no ponto de coordenada 22°0'12.44"S e 46°22'16.88"O. A área possui LO para 4,5 hectares e vegetação do entorno com vegetação de pastagem.

Esta área está localizada a 5 Km da frente de lavra do empreendimento e em uma cota de 1.300 metros de altitude, 400 metros abaixo de onde está situada a frente de lavra do empreendimento.

Para a área da pilha de rejeito o empreendimento possui LO nº131/2013, vinculada ao Processo Administrativo PA 13635/2006/002/2012.



2.2.1 Avanço irregular da atividade de extração de granito

Com informações retiradas do RADA que subsidia o Processo Administrativo PA 00309/1989/010/2012 apresentado, consulta ao software Google Earth e ao Processo Administrativo PA 00309/1989/009/2011 que requereu LP + LI de Ampliação que foi indeferido pela URC Sul de Minas, foi constatado entre os anos de 2012 e 2016 o avanço ilegal de lavra em sentido a Pedra da Canastra.

As **Figuras 02, 03 e 04** abaixo permitem visualizar as informações supracitadas. As delimitações em rosa referem-se a área do empreendimento até abril de 2012, com as coordenadas limítrofes retiradas do RADA apresentado.

As delimitações em verde referem-se a área requerida para ampliação, mediante LP + LI, a qual foi indeferida, com as coordenadas retiradas do Processo Administrativo que requereu a ampliação. As delimitações em amarelo, referem-se ao avanço que ocorreu entre meados de 2012 e final de 2016.



Figura 02 – Imagem de satélite do empreendimento 03/2012. **Fonte:** Google Earth.

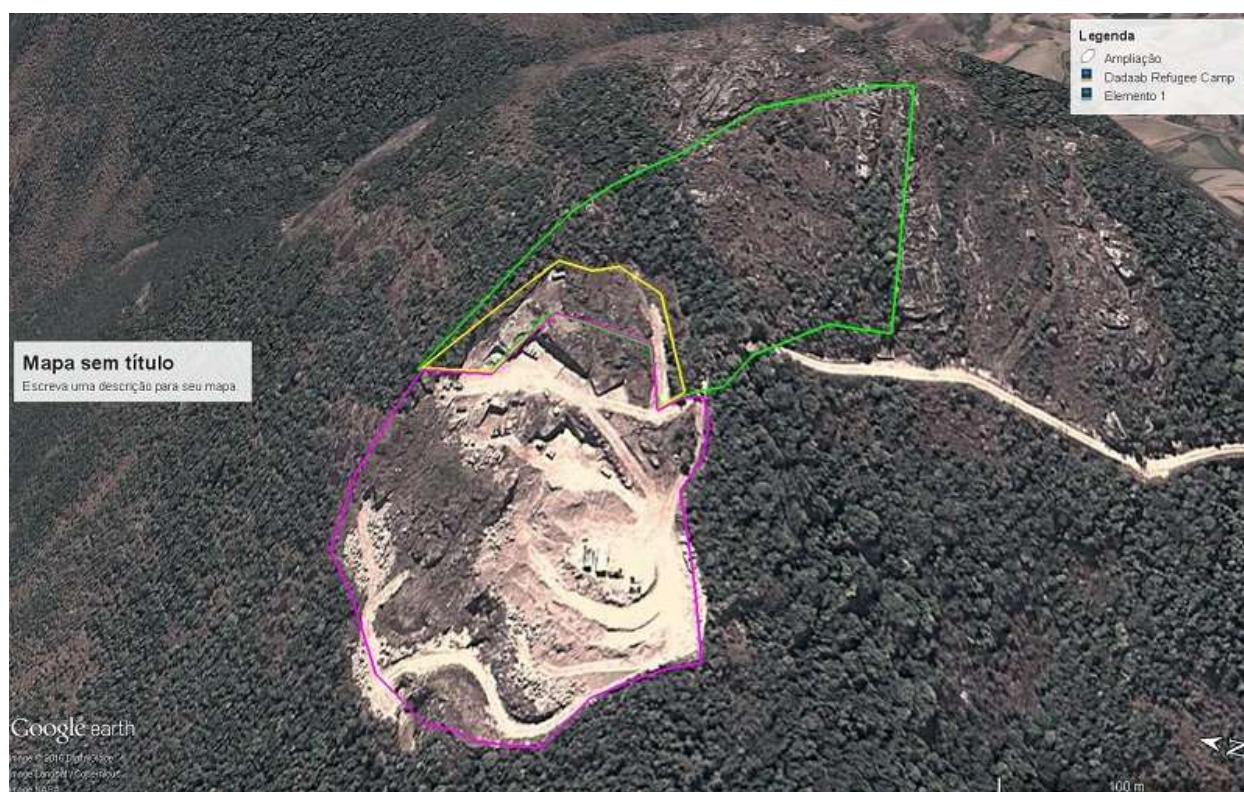


Figura 03 – Imagem de satélite do empreendimento em 09/2012. **Fonte:** Google Earth.



Figura 04 – Imagem de satélite do empreendimento em novembro de 2016. **Fonte:** Google Earth.



Importante destacar que a solicitação de Ampliação foi formalizada na SUPRAM SM em 06/10/2011 mediante Processo Administrativo PA 00309/1989/009/2011 com seu Parecer Único 0895401/2012 pelo seu indeferimento, teve sua Vistoria Técnica em 03/02/2012, portanto antes da data da **Figura 03**, de **setembro de 2012**, onde se percebe a construção de estrada de acesso e supressão de vegetação nativa.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental -EIA apresentado junto ao requerimento de Licença Prévia e de Instalação de Ampliação, mediante Processo Administrativo PA 00309/1989/009/2011 que teve seu Parecer Único nº 0895401/2012, que teve seu indeferimento na data de 03/12/2012, a ampliação se dava necessária para o avanço da frente de lavra, para garantir a continuidade da extração de rocha ornamental (sienito), visto que o método de extração, denominado por “branqueamento”, exige tal avanço para sua continuidade.

O método de desmonte em bancadas está descrito no próprio EIA, em sua página 33 e 34, com ilustrações e descrição, onde é possível aferir que são necessários avanços horizontais para que se possa realizar os avanços verticais e desta forma manter a extração de rochas ornamentais em blocos.

Conforme solicitação de Ministério Público de Caldas, Relatório Técnico do Codema do mesmo município e utilização das imagens de satélite supracitadas, o empreendimento foi autuado mediante **Auto de Infração nº 029600/2016** por ampliar atividade potencialmente poluidora/degradadora sem as Licenças Prévias, de Instalação e Operação, conforme **código 115** do Anexo I, artigo 83 do Decreto Estadual 44.844/2008 e também por suprimir vegetação em Unidade de Conservação, especificamente APA Serra da Pedra Branca, conforme **código 303** do Anexo III, código 84 do mesmo decreto Estadual.

Em razão do Auto de Infração ter sido lavrado com vício de constituição, pois contemplou penalização da agenda marrom e da agenda verde (crédito da FEAM e do IEF) no mesmo auto, o mesmo foi cancelado, sendo lavrado novo auto de infração.

Assim, foram lavrados dois autos de infração, um pelo avanço da lavra sem licença ambiental, **Auto de Infração nº 95.892/2017** e outro pela supressão da vegetação nativa sem prévia autorização, **Auto de Infração nº 95.893/2017**. O novo auto de infração contemplou a suspensão das atividades.



3. Avaliação do Desempenho Ambiental

3.1 Cumprimento das Condicionantes da LO

Neste item são apresentadas na Tabela 02 abaixo as condicionantes estabelecidas na Licença de Operação - LO nº 016/2006 deliberada na data de 06/11/2006 e a avaliação quanto ao cumprimento das mesmas.

Tabela 02: Condicionantes estabelecidas na LO nº 016/2006.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo
01	Resgatar as espécies vegetais raras e ameaçadas de extinção encontradas nas áreas de supressão vegetal, e introduzi-las nas áreas de reservas e áreas de recuperação.	Durante a vigência da LO.
02	Instalar um viveiro no local do empreendimento para abrigar e recuperar as espécies resgatadas no local, bem como para produção de novas espécies nativas da região.	3 meses após a concessão desta.
03	Enviar relatório fotográfico ilustrando as obras de controle ambiental realizadas no empreendimento, tais como: manutenção das drenagens, manutenção dos sanitários, manutenção do viveiro, resgate de espécies, condução da lavra e disposição de rejeito.	Semestral
04	Apresentar manifestação do IEF, quanto as medidas compensatórias apresentadas em cumprimento ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.	3 meses após a concessão desta.

De acordo com consulta realizada no sítio eletrônico SIAM e também no Processo Administrativo PA nº 00309/1989/008/2006, foi possível constar que as condicionantes foram assim consideradas:

3.1.1 Condicionante 01

Esta condicionante foi cumprida tempestivamente conforme protocolo R0083994/2006 com data no SIAM de 01/11/2006. Desta forma, entende-se que esta **condicionante foi cumprida de forma tempestiva e satisfatória** e pelo que consta, o empreendimento somente realizaria novo resgate de espécies, caso houvesse ampliação de supressão vegetal.

As bromélias e orquídeas, de acordo com informações prestadas e relatório técnico fotográfico, foram replantadas no entorno do empreendimento e/ou em áreas não afetadas. Importante destacar que esta condicionante, embora esteja definida na LO, foi cumprida ao final da instalação do empreendimento.



3.1.2 Condicionante 02

Esta condicionante foi cumprida de forma **tempestiva e satisfatória**, conforme protocolo R0083994/2006, onde com fotos datadas de outubro de 2006, verificou-se os viveiros já com mudas plantadas.

Em vistoria realizada em 15/02/2017 foi constatada a existência do canteiro de mudas, com produção de mudas e dimensões inferiores ao construído no início. Importante destacar que esta condicionante, embora esteja definida na LO, foi cumprida ao final da instalação do empreendimento.

3.1.3 Condicionante 03

Esta condicionante foi cumprida de forma **tempestiva e satisfatória**, conforme protocolos no SIAM números:

R0083994/2006, R0126500/2007, R0083310/2008, R0165310/2008, R0255521/2009, R0000034/2010, R073290/2010, R0140666/2010, R123077/2011, R185805/2011, R348018/2013, R0226698/2014, R351882/2014, R0401411/2015, R0528375/2015, R0254447/2016 e R0362099/2016.

Em vistoria realizada em 15/02/2017 foi constatada foi verificado o bom estado das redes de drenagens de águas pluviais, do canteiro de mudas, da disposição de estéril e das estruturas de sanitários.

3.1.4 Condicionante 04

Esta condicionante foi cumprida de forma **intempestiva e satisfatória**, visto que a condicionante se limitava tão somente a informar o IEF quanto as medidas compensatórias apresentadas em cumprimento ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

De acordo com o protocolo SIAM, foi protocolado no IEF na data de 13/04/2007 sob protocolo R0032998/2007, sendo que a data limite era 06/02/2007.



3.2 Desempenho Ambiental

As medidas de mitigação e controle ambiental foram implantadas normalmente no empreendimento RED Graniti, sendo todos os impactos ocorrentes previstos e controlados de forma a se minimizar qualquer ação de dano ambiental.

Assim como listado pelo próprio empreendedor os impactos relacionados com a extração de granito e seu transporte foram todos controlados.

O empreendimento não realiza atividade que necessite de grande consumo de água, ou que gere grandes quantidades de efluentes líquidos. A geração de efluentes líquidos é reduzida.

Os efluentes atmosféricos são insignificantes ficando restritos às máquinas escavadeiras e caminhões de transporte. O material particulado oriundo das operações de perfuração da rocha é controlado com a aspersão de água no local (hidrojet).

O impacto de maior expressão está na geração de rejeitos/estéril. Este impacto é controlado com a criação da pilha de rejeito/estéril que é montada de forma controlada evitando-se danos ambientais. Para a área da pilha de rejeito o empreendimento possui LO nº131/2013.

Outro impacto de elevada significância é a própria frente de extração que possui aspecto visual e geológico degradantes, mas inerentes a atividades.

Este impacto será controlado quando do processo de desativação do empreendimento, onde o mesmo deverá descomissionar a mina reconfomando o solo e a paisagem conforme DN nº127/2008 que estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de mina.

Os resíduos sólidos são gerados em baixo volume, são devidamente separados e encaminhados para coletores autorizados.



4. Controle Processual

Trata-se de pedido de revalidação de Licença de Operação, onde em análise verificou-se que o empreendimento ampliou sua lavra sem o devido licenciamento ambiental. Se não bastasse a ausência de licenciamento ambiental da área ampliada pelo empreendedor, a mesma já havia sido objeto de indeferimento pelo Órgão Ambiental, através do processo nº. 00309/1989/009/2011.

Ainda, o Conselho Gestor da APA Santuário Ecológico da Pedra Branca, através do ofício nº. 014/2016, comunicou a Supram Sul de Minas acerca da revogação da “Anuência 003/2013” emitida para a mineração RED GRANIT.

Conforme item 9 do recurso promovido pelo interessado junto ao processo indeferido (PA. 00309/1989/009/201 - fls. 368), a área ampliada ilicitamente era determinante para a operação do empreendimento inclusive junto a área objeto desta revalidação:

“Ressalte-se, noutra perspectiva, que mesmo que não tivesse sido requerido pela empresa o aumento da produção bruta anual, ainda assim, por razões técnicas de engenharia de mina, e diante de requisitos próprios de segurança operacional, seria imprescindível o avanço ou sequenciamentos da frente extrativa, de modo que o indeferimento despropositado do pleito licenciatório em foco acaba ainda, que indireta ou reflexamente, comprometendo a própria atividade extrativa existente...”

Assim, em razão de todo o exposto neste Parecer Único, sugerimos o indeferimento da revalidação, com a determinação à empresa para a apresentação do PAFEM e PRAD para a sua execução.

Em razão da ampliação e supressão de vegetação nativa, foram lavrados os **Auto de Infração nº. 95.892/2017** e **nº. 95.893/2017**, com a aplicação da suspensão das atividades.

Os custos de análise do processo de licenciamento foram recolhidos conforme planilha elaborada nos termos da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM nº 2.125, de 28 de julho de 2014.



5. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o **INDEFERIMENTO** deste Processo Administrativo **PA 00309/1989/010/2012** o qual requeria **Revalidação de Licença de Operação**, para o empreendimento **R.E.D. Graniti Mineração LTDA** para a atividade de **“Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento - A-02-06-2”**, no município de **Caldas/MG** motivado pela sua ampliação em área não licenciada.

6. Anexos

Anexo I. Determinações vinculadas ao Indeferimento do Processo Administrativo.

Anexo II. Relatório Fotográfico.



ANEXO I

Determinações a serem executadas motivadas pelo **INDEFERIMENTO** do
PA 00309/1989/010/2012 de **R.E.D. Graniti Mineração LTDA.**

1. Apresentar a SUPRAM Sul de Minas para análise e aprovação, o Plano de Fechamento de Mina - PAFEM, conforme estabelece Deliberação Normativa COPAM 127/2008, com cronograma executivo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART por profissional habilitado **(Prazo 60 dias)**.
2. Apresentar o Plano de recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, contendo cronograma executivo e Anotação de responsabilidade Técnica – ART de profissional habilitado **(Prazo 60 dias)**.
3. Realizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, oleosos e dos insumos que possam oferecer risco quanto a sua natureza química. Comprovar mediante Nota fiscal de destinação e/ou manifesto de transporte. A destinação deverá ser realizada de forma ambientalmente adequadas e para empresas ambientalmente regularizadas **(Prazo 60 dias)**.
4. Realizar a destinação de equipamentos que venham a ser sucateados, das sucatas metálicas existentes observando a contaminação dos equipamentos/sucatas com óleo e/ou outras substâncias químicas **(Prazo 60 dias)**.
5. Apresentar relatório técnico fotográfico de todos os setores do empreendimento comprovando as adequações conforme determinações supracitadas **(Prazo 60 dias)**.



ANEXO II

Relatório Fotográfico



Foto 01. Vista Geral da Frente de Lavra



Foto 02. Estrada limítrofe frente/vegetação nativa.



Foto 03. Equipamento em operação.



Foto 04. Oficina de apoio.



Foto 05. Área administrativa.



Foto 06. Estação de tratamento de efluentes.



Foto 07. Equipamento para aspersão de água.



Foto 08. Tanque armazenamento de água.



Foto 09. Bacia de sedimentação.



Foto 10. Limite entre empreendimento/vegetação.



Foto 11. Viveiro de mudas.



Foto 12. Área de compensação ambiental.